Multiculturalismo à brasileira: estudo do site da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial[1]

Alicianne Gonçalves de OLIVEIRA[2]
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

RESUMO
O presente artigo analisa a escolha multicultural do governo brasileiro, através da comunicação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), especificamente o site www.portaldaigualdade.gov.br. O foco deste trabalho é entender o tipo de multiculturalismo escolhido para nortear a comunicação e as ações da secretaria. A reflexão é feita com base nos seguintes autores: Stuart Hall, Zygmunt Bauman e Mônica Grim.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação governamental; multiculturalismo; minorias.

1. Introdução

Em março de 2003, três meses após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, o Governo Federal cria uma nova secretaria, com *status* de ministério, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). O órgão, vinculado à Presidência da República, tem como objetivos a articulação e promoção de ações que promovam a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância. Hoje, a secretaria desenvolve projetos em áreas como saúde, educação, emprego e renda.

A comunicação da Seppir, além de utilizar material publicitário para seus projetos – projetos e campanhas na maioria realizados em parceria com outros órgãos do Governo Federal e instituições da sociedade civil, possui um site, no qual veicula informações, documentos e notícias sobre as suas atividades. Esse trabalho pretende analisar, através do site da secretaria, o *www.portaldaigualdade.gov.br*[3], a escolha multicultural do Governo Federal e como ela norteia a comunicação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O objetivo desse artigo é buscar compreender que multiculturalismo é escolhido pela Seppir e como ele se apresenta na comunicação governamental, ao escolher os grupos que são temas de ações e notícias.

[1] Trabalho apresentado no GP Mídia, Cultura e Tecnologias Digitais na América Latina do X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, e-mail: alicianneg@gmail.com.

[3] Antes de maio de 2010, o site tinha outro endereço e layout. Até então estava vinculado ao portal da Presidência da República e o endereço era www.presidencia.gov.br/seppir.

Para isso, trarei algumas discussões sobre a relação do multiculturalismo com a modernidade e os Estados-nações e sobre as consequências dessas relações para as chamadas minorias à luz dos seguintes autores: Stuart Hall, Zygmunt Bauman e Mônica Grim.

2. Modernidade, justiça social e multiculturalismos

A modernidade em seu estado sólido, segundo Bauman (2003), relacionava-se à visão de ordem, à idéia de economia estável e de uma sociedade justa. As instituições modernas, como os estados-nações, seriam as responsáveis pela estabilidade e ordem sociais e, assim, pela felicidade do indivíduo. Mas esse objetivo parece não ter se concretizado e, por isso, a modernidade diluída deixa então para as pessoas a total responsabilidade sobre seu destino e sucesso.

Baumam explica que "fiéis ao espírito dessa transformação, os operadores políticos e porta-vozes culturais do 'estágio líquido' praticamente abandonaram o modelo de justiça social como horizonte último da sequência de tentativas e erros" (2003, p.69). E o que elegeram para esse lugar? Segundo ele, uma regra ou medida de direitos para se experimentar indefinidamente formas de convívio, vida em comum. Hall (2003) fala desse mesmo processo, mas enfoca o universalismo pós-iluminista. Para ele, esse universalismo liberal e humanista não perdeu sua importância histórica, mas está cada vez mesmo universal. E a questão multicultural teria sido a crítica que mais trouxe à tona as lacunas da implementação desse universalismo no mundo contemporâneo.

> Esse vazio entre ideal e prática, entre igualdade formal e igualdade concreta, entre liberdade negativa e positiva, tema assombrado a concepção liberal de cidadania desde o início. Quanto à neutralidade cultural do estado liberal, seus avanços não devem ser levianamente descartados. A tolerância religiosa, a liberdade de expressão (...) são realizações positivas. Entretanto, a neutralidade do Estado funciona apenas quando se pressupõe uma homogeneidade cultural ampla entre os governados. (...) Sob as novas condições multiculturais, essa premissa parece cada vez menos válida. (HALL, 2003, p.77)

Diante disso, o modelo de justiça social que se tinha até então passa a ser questionado e, segundo Baumam, substituído por um princípio aberto de direitos. E ele marca a diferença entre os modelos. O novo princípio de ação seria formal e aberto, diferente do modelo de justiça social, este substantivo e compreensivo (BAUMAN, 2003, p. 69).

Com o fracasso do projeto modernista e do universalismo pós-iluminista, surge a diferença, agendando as discussões e ações políticas e as lutas por reconhecimento. Para entender como esse processo se dá e como a questão multicultural emerge é importante entender, por exemplo, a questão das minorias no contexto do Estado-nação e como as demandas dos grupos podem ser abordadas pelo Estado.

Baumam fala que a questão das minorias étnicas hoje está relacionada com a passagem do estado moderno de nação para o estágio pós-Estado-nação. A nação, no sentido moderno, pretendia-se culturalmente unificada e homogênea e, para isso, tinha duas estratégias: assimilar os diferentes e fazer perecer algumas dessas diferenças.

> O propósito das pressões pela assimilação era despojar "os outros" de sua "alteridade": torná-los indistinguíveis do resto do corpo da nação, digeri-los completamente e dissolver sua idiossincrasia no composto uniforme da identidade nacional. O estratagema da exclusão e/ou eliminação das partes supostamente indigeríveis e insolúveis da população tinha uma dupla função. Era usado como arma – para separar, física ou culturalmente, os grupos ou categorias considerados estranhos demais (...); e como ameaça – para extrair mais entusiasmo em favor da assimilação entre os displicentes, os indecisos e os desinteressados. (BAUMAM, 2003, p.85-86)

O autor explica que as partes "indigeríveis" foram separadas física e culturalmente porque estavam imersas demais nos seus modos de viver e ser ou eram resistentes demais e não perdiam o "estigma da alteridade". Como exemplo de assimilação, temos no Brasil alguns traços da cultura negra e da indígena. Mas no tocante ao isolamento, que exemplos temos? Não seriam os ciganos um exemplo disso no Brasil? A população cigana no Brasil está hoje estimada em 1,2 milhão, segundo a Associação de Preservação da Cultura Cigana do Estado de São Paulo. E os ciganos estão no território brasileiro desde o período colonial e hoje se fazem presentes em todos os estados (SIMÕES, 2007). Mesmo assim, pouco se fala, pouco se sabe sobre esse grupo.

É preciso lembrar que o comunitarismo acontece àqueles indivíduos que não tiveram o direito de ser assimilados. Assim, "procurar abrigo na suposta "fraternidade" do grupo nativo é sua única opção" (BAUMAN, 2003, p.87). E nem é preciso querer para ser designado um integrante de uma minoria étnica. O fato de pertencer ao grupo é decidido pela coletividade mais forte. Essa lógica, que tem um cunho político, é a mesma para outros grupos que não os ciganos.

Cardoso de Oliveira, um dos mais importantes autores brasileiros no pensamento sobre as questões étnicas, explica que a etnia é um "classificador que atua dentro de um sistema interétnico e ao nível ideológico, que atua como produto de representações coletivas polarizadas por grupos sociais em oposição latente ou manifesta" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1975, p.XVIII). Segundo ele, a identidade étnica é manipulada pelo próprio ator ou por outros, vezes como forma de resistência, vezes para conquistar ou preservar um espaço, especialmente político.

Mas as minorias, com diferentes experiências de assimilação e resistência, de perecimento e luta, colocam hoje na agenda governamental a questão do reconhecimento. E cada governo procura, escolhe agir de uma determinada forma dentro desse contexto multicultural. Sobre o multiculturalismo, no texto A questão multicultural (2000), Hall tem a preocupação de iniciar o tema deixando claro que o termo não significa "uma única doutrina, não caracteriza uma estratégia política e não representa um estado de coisas já alcançado" (HALL, 2003, p.52). Ele explica a distinção entre o termo multicultural, que é qualificativo, adjetivando as características sociais, debates e problemas de governabilidade de uma sociedade com diferentes comunidades culturais, e o termo multiculturalismo, que é substantivo, quando se refere às estratégias e políticas adotadas para gerir problemas "de diversidade e multiplicidade" em sociedades multiculturais.

E, segundo ele, há vários multiculturalismos: do conservador, que pretende assimilar as diferenças, passando pelo liberal, que integra os grupos, que passam a ter direito às suas práticas a nível privado, pelo corporativo, que administra as diferenças por causa do interesse do centro, ao que Hall chama de crítico ou revolucionário, que enfoca o poder, o privilégio. O termo também é, por vezes, colocado em oposição à modernidade. Oposição que coloca de um lado o discurso homogeneizador de nação e de identidade nacional e de outro lado o pluralismo, o hibridismo e a interculturalidade (CHIAPPINI, 2002). Chiappini também traz o termo multiculturalismo sendo referido à militância, implicando reivindicações por parte das minorias, que desejam conquistas concretas: legais, políticas e econômicas.

Mas, para alguns autores, como Bauman, o multiculturalismo e o reconhecimento das diferenças não permitem que as culturas se beneficiem de uma vida compartilhada. Para ele, o multiculturalismo é hoje uma resposta à incerteza sobre os tipos de valores que merecem ser cultivados e "a nova forma culturalista está ligada ao abandono dos projetos da 'boa sociedade'" (BAUMAN, 2003, p.99), principalmente se

a revisão dos arranjos sociais não estiver em jogo e se a busca por reconhecimento não estiver aliada à busca por redistribuição. No entanto, o fato é que, segundo Hall, a pressão da questão multicultural questiona os "discursos dominantes da teoria política ocidental e as fundações do Estado liberal" (HALL, 2003, p.76-7) e teria feito surgir um novo tipo de liberalismo – liberalismo 2 ou social democracia: o Estado reconheceria as diferenças e necessidades específicas de cada grupo, como explica Hall:

> O Estado teve que desenvolver estratégias de redistribuição através de apoio público (como programas de ação afirmativa, legislação que garante igualdade de oportunidades, fundos públicos de compensação e um estado de bem-estar social para grupos em desvantagem etc.), até mesmo para garantir a igualdade de condições tão caras ao liberalismo formal. (HALL, 2003, p.81)

E o caso do brasileiro? O Estado aderiu a esse novo liberalismo de que Hall fala? As minorias militam com que objetivo multicultural? Querem somente reconhecimento ou mudanças?

3. Escolha brasileira e a comunicação governamental

Segundo Mônica Grim, hoje se evoca no país o paradigma multiculturalista "como modelo de sociedade a ser perseguido por atores em arenas marcadas por diferenciação étnica" (2009, p.83). E, conforme a autora, a visão de multiculturalismo da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) seria a visão de multiculturalismo do movimento negro.

Mas sugiro analisarmos a comunicação dessa secretaria para pensarmos sobre a política do órgão e refletirmos sobre a idéia defendida por Grim. Para isso, é importante entender o papel da comunicação governamental. Segundo Rego, a comunicação governamental é uma "vasta rede formal criada e localizada no interior das organizações governamentais", cujo principal objetivo é levar à sociedade fatos de significação que acontecem dentro da esfera governamental (REGO, 1985, p.44).

Comunicação essa que também deve, em sistemas democráticos, abranger as formas de intercâmbio entre governo e sociedade, através de fluxos bilaterais, abertos e livres, onde a população toma conhecimento das ações do governo e leva aos governantes suas expectativas. Dessa forma, a comunicação governamental seria "uma necessidade social, mais que uma infra-estrutura de sustentação do Poder" (*loc. cit.*), iria além da representação de um projeto de governo, ou seja, da sustentação de um discurso político (LIEDTKE, 2002).

No caso da Seppir, os projetos desenvolvidos são divulgados de forma permanente através do www.portaldaigualdade.gov.br. Para nossa análise destaco algumas informações da parte do site em que a secretaria se apresenta ao internauta:

Sobre a Secretaria Tópico O que é	A criação da Secretaria é o reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro. A missão da Seppir é estabelecer iniciativas contra as desigualdades raciais no País. Seus principais objetivos são: - Promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra. (...) A criação da Seppir reafirma o compromisso com a construção de uma política de governo voltada aos interesses reais da população negra e de outros segmentos étnicos discriminados.
Sobre a Secretaria Tópico Histórico	A Seppir (...) foi criada pelo Governo Federal no dia 21 de março de 2003. Como antecedentes dessa conquista, o povo negro brasileiro percorreu um longo caminho, que se inicia na resistência da população africana submetida ao regime escravista até a abolição do trabalho escravo no final do século 19. Passa pela participação da população negra nas lutas do povo brasileiro por democracia e justiça social e a organização política dos movimentos negros desde o século 20 (...)

Na parte do site em que a secretaria se apresenta, conta sua história, explicita seus objetivos, é colocada de forma recorrente a relação da criação da secretaria e das ações do órgão com a população negra e o movimento negro. No site também estão disponíveis informações e documentos sobre as políticas desenvolvidas pela Seppir, a maioria realizada em parceria com outros órgãos governamentais e também com instituições da sociedade civil. Segue a lista dos projetos:

A Cor da Cultura	Projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira por meio de programas audiovisuais.
Programa Brasil Quilombola	Reúne ações do Governo Federal para as comunidades remanescentes de quilombos em áreas como regularização fundiária e promoção das manifestações culturais.
Plano Setorial de Qualificação - Trabalho Doméstico Cidadão	Iniciativa de governo exclusivamente voltada para a qualificação social e profissional das trabalhadoras domésticas, que, segundo a Seppir, são na maioria negras e sofrem com a duplicidade de discriminação de gênero e de raça.

Saúde da População Negra	Inclusão dos temas racismo e saúde da população negra nos processos de formação e educação dos trabalhadores da saúde e reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde, incluindo aqueles preservados pelas religiões de matrizes africanas.
Dia Nacional do Samba	Pesquisas e elaboração de produtos sobre o samba como patrimônio cultural brasileiro.
Plano Nacional de Implantação da Lei nº 10.639	Estabelece metas e estratégias para a ampla adoção da lei que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas.
Plano Setorial de Qualificação Afro-descendente	Qualificação de 24.360 trabalhadores negros em cinco eixos: curso de operador de telemarketing, consultor de vendas, recepcionista, promotor de vendas e cuidador de pessoas com anemia falciforme.
PIBIC Ações Afirmativas	Distribuição de 600 bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica (PIBIC) para alunos que entraram nas universidades públicas através do sistema de ações afirmativas.
Plano de Ação Conjunto Brasil-EUA	Cooperação para a eliminação da discriminação étnico-racial e a promoção da igualdade de oportunidades para todos.

Dos nove projetos divulgados pelo portal da igualdade, sete são voltados exclusivamente para questões da população negra[4]. Além disso, segundo o site, a Seppir apóia projetos de lei como o que institui cotas nas instituições federais de ensino superior e o que cria o Estatuto da Igualdade Racial, que institui uma série de ações afirmativas voltadas aos afro-brasileiros[5].

O site também possui a seção de notícias sobre as ações da secretaria e de órgãos parceiros. Durante maio de 2010, por exemplo, foram veiculadas 20 notícias. Dez notícias sobre ações voltadas à população negra ou afro-descendente, sendo oito delas promovidas pela Seppir; duas notícias sobre negros, indígenas e ciganos e "grupos étnico-raciais", sendo uma delas promovida pela Seppir; e uma notícia sobre o público cigano, cujo órgão responsável pela ação não era a Seppir, mas o Ministério da Cultura. Segue a tabela com informações sobre as notícias veiculadas no portal em maio de 2010.

[4] A população negra para a Seppir são todos os brasileiros que se declaram pretos ou partos nos censos nacionais. O Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH I), lançado em 1996, determinava ao IBGE que considerasse os mulatos, pretos e pardos integrantes da população negra, o que não foi efetivado devido a resistências internas no IBGE. Com a Conferência mundial de Durban, o PNDH II propôs ao Instituto unificar pretos e pardos na população afro-descendente (MAGNOLI, 2009, p.163).

[5] Segundo o Estatuto são afro-brasileiras as pessoas que se classificam como tais ou como negros, pretos, pardos ou por definição análoga.

Título	Grupo tema	Órgãos responsáveis
Continuidade marcará nova gestão	----------	Seppir
I Fórum dos Terreiros de Candomblé do Rio	Negros	Seppir e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
Ministro abre nesta terça simpósio sobre população negra na ciência e tecnologia	Negros	Seppir e Universidade de São Paulo
Aberto edital para projetos na área de saúde	----------	Ministério da Saúde
Terreiros de Recife e região metropolitana serão mapeados	Negros	SEPPIR, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Fundação Cultural Palmares e Unesco
SEPPIR recebe visita de governador nigeriano	Negros	Seppir e Governo da Província nigeriana de Osun
Rio de Janeiro sedia seminário das Américas sobre pesquisas com recorte racial	"Grupos socialmente marginalizados"	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
Lançada segunda edição do Prêmio Culturas Ciganas	Ciganos	Ministério da Cultura
Discriminação de Raça e Gênero em debate	"grupos étnico-raciais"	Seppir, Secretaria de Políticas de Mulheres e ONU
Segurança Pública e relações raciais: tema de Seminário de 12 a 14 de maio	Negros, indígenas e ciganos	Seppir, Ministério da Justiça e Ministério das Relações Exteriores.
SEPPIR comemora 122 Anos da Lei Áurea	Negros	Seppir, MEC, MCT, Unesco, Unicef.
Discurso do Ministro Eloi Ferreira de Araujo na Sessão Solene em homenagem a Joaquim Nabuco	Negros	Seppir
Comunidade negra é convidada a participar de Colóquio Internacional em homenagem a Aimé Césaire	Negros	Clubes Sociais Negros do Rio Grande do Sul e Nandyala Editora
CEPPIR/PE promove cursos para professores das redes de ensino, babás e yás	Negros	Comitê Estadual de Promoção da Igualdade Étnicorracial de Pernambuco
SEPPIR se reúne com Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	Comunidade GLBTT	Seppir e Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
Começa em Salvador o II Encontro Afro-latino	Afrodescendentes das Américas	Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares

SEPPIR comemora Dia do Cigano	Ciganos	Seppir, Ministério da Cultura, Secretaria de Direitos Humanos e Governo do Distrito Federal
Governador de Minas Gerais designa membros do CONEPIR	Indígenas, negros e ciganos	Governo do Estado de Minas Gerais
Abertas até 15 de junho inscrições para seleção de estagiários na ONU	Negros	Seppir e Ministério das Relações Exteriores
Brasil e Estados Unidos avançam no programa de cooperação para combate à discriminação racial	Negros	Seppir e Subsecretaria de Estado Americano para a América Latina.

É interessante considerar que as informações veiculadas no site da Seppir, o www.portaldaigualdade.gov.br, caracterizam o discurso político dessa comunicação governamental. Baldissera explica que a organização não pode ser reduzida à estrutura, equipamentos ou recursos. Uma organização, nesse caso a Seppir, envolve indivíduos que trabalham com objetivos específicos. "Em processos dialógico-recursivos, 'pela' e 'em' comunicação, as organizações (...) convencionam e informam seus objetivos, comunicam e fazem reconhecer suas próprias existências" (BALDISSERA, 2009, p.5).

Grim explica esse foco das ações das Seppir na população negra, que também é entendido à comunicação, ao analisar a mudança de discurso de movimento negro no Brasil na segunda metade do século XX, quando o foco passou da denúncia para a luta por reparação.

> A persistência da luta dos negros pela integração à nação sofrerá visível transformação, inicialmente com o fortalecimento do movimento negro após a Segunda Guerra Mundial, diante das revelações do genocídio racista sob o nazismo e das lutas de libertação do domínio colonial na África. Será apenas nos anos 1970 que o movimento negro irá assumir um discurso culturalmente mais agressivo. Até então o discurso do movimento negro era o discurso da integração dos negros à sociedade brasileira através, principalmente, da denúncia contra a discriminação racial. Será, contudo, a partir dos anos 1990 que a bandeira do movimento negro irá se deslocar da luta contra a discriminação racial, contra o preconceito, para uma luta pela reparação, por justiça distributiva, por maiores oportunidades no mercado de trabalho e na educação, ou seja, por políticas compensatórias. (GRIM, 2009, p.85)

Seria, então, uma nova perspectiva para as políticas públicas. Grim explica que "se os sujeitos de direitos são grupos raciais e não mais indivíduos, impõe-se, no debate

público, a consideração de que as políticas sociais devem estar orientadas para esses novos sujeitos de direito." (*ibidem*, p.83). É interessante aqui ressaltar que a Seppir se coloca como consequência dessa luta e dessas transformações. Daí a importância de sabermos mais sobre a relação do movimento com o Estado, apesar de não ser esse foco do artigo. Os primeiros contatos começaram nos anos de 1980 e não eram mesmo uma questão unânime entre o movimento (ALBERTI; PEREIRA, 2007). No âmbito do executivo federal, em 1988 o então presidente José Sarney instituiu uma Assessoria para Assuntos Afro-Brasileiros, vinculada ao Ministério da cultura. Já no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra. Além disso, nasceram os programas nacionais de Direitos Humanos, com foco claro nas questões da população negra.

Magnoli (2009) explica que até então havia uma tensão entre as diretrizes do governo federal e a linha do movimento negro representada no Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH I). Isso até Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que aconteceu em 2001 na cidade de Durban, na África do Sul. A Declaração e o Programa de Ação de Durban[6] indicavam para um caminho em busca da reparação. Assim, "o PNDH II e o Programa Nacional de Ações Afirmativas, lançados em 13 de maio de 2002, representaram a rendição do governo à pressão das organizações do movimento negro" (2009, p.163).

Esse foco prioritário na população negra pode ser melhor compreendido se entendermos a utilização do termo "raça" pela Seppir. É uma escolha conceitual, mas também política que é útil para a compreensão do tipo de multiculturalismo adotado pelo Governo Federal e, consequentemente, pela Seppir e sua comunicação. Isso será feito de forma breve e sem a pretensão de esgotar essa discussão.

Em 1950, a UNESCO, declarou, em Carta às Nações, que nenhum grupo geográfico, cultural, nacional, religioso constitui uma "raça", mas sim um grupo étnico que deve ser protegido e respeitado em sua singularidade. Entre os antropólogos, o termo etnia passou a circular como boa moeda, uma forma de não se deixar penetrar por preconceitos racistas ou de quaisquer ideologias racistas. (OLIVEIRA, 1975, p.83). Mas por que o termo raça continua a ser usado? Para alguns, a "raça" de hoje nada tem de biológico, mas ainda é carregada de ideologia.

[6] O relatório da Conferência de Durban pode ser acessado no seguinte endereço: http://www.comitepaz.org.br/Durban_1.htm. Para saber detalhes da conferência, ver ALVES, J.A. Lindgren. A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos**. Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 45, n. 2, Dec. 2002, pp. 198-223.

> É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. (...) no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou "raças sociais" que se reproduzem e se mantêm os racismos populares (MUNANGA, 2003, p.6).

Stuart Hall explica que raça é uma categoria discursiva. Uma categoria que organiza "os sistemas de representação e práticas sociais que usam como marcas simbólicas "um conjunto frouxo (...) em termos de características físicas" para diferenciar socialmente um grupo de outro" (HALL, 2003, p.63). E partindo do pressuposto da concepção de que não há raças biológicas, quando, então, no mundo social, pode-se dispensar o conceito de raça? Antonio Sérgio Guimarães tem uma sugestão.

> primeiro, (...) quando já não existirem grupos sociais que se identifiquem a partir de marcadores direta e indiretamente derivados da idéia de raça; segundo, quando as desigualdades, as discriminações e as hierarquias sociais efetivamente não corresponderem a esses marcadores; terceiro, quando tais identidades e discriminações forem prescindíveis em termos tecnológicos, sociais e políticos para a afirmação social dos grupos oprimidos (GUIMARÃES, 2002, p.50-51).

Segundo o autor e também o movimento negro parece ter acontecido justamente o contrário no caso brasileiro.

4. Multiculturalismo soft ou hard?

Segundo Grim, o Brasil já vivenciou outras experiências multiculturais. Essas significavam soma, integração e aliança política entre as minorias, no caso do trabalho dela, entre negros e judeus. Grim conta que, no início da década de 1990, o Brasil passou por ondas de antissemitismo e racismo explícito protagonizadas por neonazistas, os chamados *skinheads*. Esses eventos teriam ativado o debate público sobre tolerância e grupos étnicos, produzido uma inédita mobilização e uma aliança política entre judeus e negros (2009, p.86).

Como resultado dessa mobilização, os governos criaram a Delegacia Especializada de Crimes Raciais, em São Paulo, e o Centro de Referência Nazareth Cerqueira contra o Racismo e o Antissemitismo, no Rio de Janeiro. Nesse momento, os

grupos realçavam o que tinham em comum: uma história de preconceitos e perseguições. A distância social e a diferença de cor não se colocavam como fatores importantes nessa relação. Essa foi a conjuntura do multiculturalismo que Grim denominou como *soft*, uma forma de marcar a oposição à escolha que a autora considera *hard*. Segundo Grim, o Brasil do século XXI teria outro desenho político, onde os governos são pressionados a assumir posições firmes em relação às demandas por reparação, de forma mais concreta a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso.

> A luta do movimento negro no início dos anos 1990 contra o racismo e a discriminação, que permitiu alianças com outros grupos, deixou de ser prioridade. Trata-se agora de reforçar as diferenças raciais e contemplar o que sugere o diagnóstico do movimento negro: para se alcançar a igualdade social, a "raça negra" deve ser reparada com políticas específicas. (*ibidem*, p.88)

O caminho escolhido pelo Governo Federal para implementar políticas de reparação foi a separação, quando se institui, através de políticas a birracialização, a divisão dos brasileiros entre brancos e negros. E, segundo Grim, uma das iniciativas mais importantes deste governo foi a criação da Seppir. Embora, o portal da igualdade priorize as informações relativas à população negra, é importante ressaltar que na Seppir há sim a participação de outros grupos, que não negros. No Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR), que integra a estrutura da secretaria, há representantes de indígenas, palestinos, judeus e ciganos.

Mas vem a pergunta: por que escolher um único grupo como foco de todas as políticas? Aí entra a questão da desigualdade social e, nela, a raça negra ocuparia a pior posição na pirâmide social. "Uma vez identificado esse lugar, seria atribuição do Estado a elaboração de políticas focais para grupos raciais socialmente preteridos" (2009, p.83). Grim fala que essa nova bandeira por direitos diferenciados é fundamentada em estatística, já que o censo nacional agrupa pretos e pardos na categoria negros. Assim, desigualdade social também seria desigualdade racial[7].

Para Bauman, quando as demandas por redistribuição são feitas em nome da igualdade, essas demandas se tornam veículos de integração. No entanto, quando as

[7] O presente artigo não tem o objetivo de aprofundar a discussão sobre desigualdades sociais e raciais. Para mais detalhes sobre esse pensamento ver RIBEIRO, Rosa Maria Barros; SOBRINHO, José Hilário Ferreira. Para além da escravidão, abolição e invisibilidade. In: BEZERRA, José Arimatea Barros *et al* (orgs.). **Saberes populares e práticas educativas**. Fortaleza: Editora UFC, 2004, p.128-149.

demandas por reconhecimento são cunhadas "em meros termos de distinção cultural promovem a divisão, a separação e acabam na interrupção do diálogo" (BAUMAM, 2003, p.72). Grim (2009, p.83) explica que a escolha governamental brasileira acaba colocando o foco da discussão em torno do tema racial. Há os "defensores da mistura nacional", aqueles para os quais sem identificar as raças não se debela a desigualdade e há os que são contra a racialização e a favor de outras formas de solidariedade. Contestações essas já abordadas por Hall.

> [O multiculturalismo] É contestado pela direita conservadora, em prol da pureza e integridade cultural da nação. É contestado pelos liberais, que alegam que o "culto da etnicidade" e a busca da diferença ameaçam o universalismo e a neutralidade do estado liberal, comprometendo a autonomia pessoal, a liberdade individual e a igualdade formal. Alguns liberais afirmam que o multiculturalismo, ao legitimar a idéia dos "direitos de grupo". Subverte o sonho de uma nação e cidadania construídas a partir das culturas de povos diversos (...). (HALL, 2003, p.53)

Mas o foco na população negra, que se vê tanto na comunicação da Secretaria quanto nos projetos desenvolvidos, também traz implicações dentro dos demais grupos que têm representantes no CNPIR. Os judeus, por exemplo, são um grupo específico ou fazem parte da raça branca? Quando a Confederação Israelita Brasileira faz parte do Conselho, ela, em princípio, deveria aceita que o país se divide em grupos étnico-raciais e que o Governo Federal precisa adotar políticas que promovam a igualdade. Mas a instituição se sente desconfortável com algumas políticas e projetos de lei que inserem os judeus na raça branca. O desconforto vem da própria história do grupo, marcada por políticas raciais cujo resultado foi morte de milhões de judeus (GRIM, 2009).

Há ainda o receio de que, com a essa opção de multiculturalismo, crie-se novos guetos ou que os antigos permaneçam. Lembremos aí das comunidades ciganas no Brasil. Hall faz uma crítica ao perigo dos momentos essencializantes do multiculturalismo. Momentos que podem tornar difíceis a compreensão de experiências e as estratégias dialógicas.

> No momento em que o significante "negro" é arrancado de seu encaixe histórico, cultural e político, e é alojado em uma categoria racial biologicamente constituída, valorizamos pela inversão, a própria base do racismo que estamos tentando desconstruir. (...) E uma vez que ele é fixado, somos tentados a usar "negro" como algo suficiente em si mesmo, para garantir o caráter progressista da política pela qual lutamos sob essa bandeira – como se não tivéssemos nenhuma outra política para discutir, exceto de que algo é negro ou não é. (HALL, 2003, p. 345)

Essas implicações e receios a partir da escolha governamental brasileira também chegam à comunicação feita pela Secretaria. Baldissera explica que esse tipo de comunicação está relacionado ao fato de que as organizações são essencialmente relações entre sujeitos e suas redes simbólicas, intenções e objetivos.

> Sua realização, que é da qualidade do contextual, implica sujeitos que se exercem como forças em diálogo que, portanto, (re)tecem constantemente a rede simbólica, por mais que as transformações nem sempre sejam muito visíveis. (...) Os sujeitos, em relações dialógico-recursivas, (re)constroem as organizações e são por elas (re)construídos, hologramaticamente articulados a elas e à sociedade. (BALDISSERA, 2009, p.8)

Diante disso, o "portal da igualdade" se destina a comunicar com que sujeito? O público são todos os grupos étnico-raciais representados no Conselho da Seppir? Os projetos disponíveis no site abrangem todos os grupos em suas especificidades ou trabalha, prioritariamente, com a birracialização?

5. Considerações finais

Para Hall, a presença da questão multicultural é uma sugestão de que pensar as diferenças é imprescindível para pensar a democracia como um espaço heterogêneo. Mas, ao falar do multiculturalismo britânico, ele defende que o objetivo de uma política multicultural não seja mais se fundar em uma noção abstrata de nação, mas se guiar pelo modo de como os diferentes grupos que compõem a nação interagem de forma concreta e que ao abordar as origens das desvantagens não se poderia deixar de considerar os dois registros de racismo: "a interdependência do racismo biológico e da diferença cultural" (2003, p.82). Hall ainda sugere que é preciso tentar uma diversidade de esferas públicas, onde todos se transformem "ao serem obrigados a negociar dentro de um horizonte mais amplo." (*ibidem*, p.87)

Com base na comunicação da Seppir e nos projetos desenvolvidos pela secretaria, vê-se que a questão da cultura e dos marcadores biológicos de diferenciação é considerada. Mas, a pequena participação de outros grupos em projetos e informações do www.portaldaigualdade.gov.br, faz com que se questione se, na busca pela promoção da igualdade, a Seppir segue o conselho de Hall e pensa na interação entre os grupos.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V; PEREIRA, A. A. Articulações entre movimento negro e Estado: estratégias e experiências contemporâneas. In: GOMES, Angela de Castro. **Direitos e cidadania**: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 93-113.

BALDISSERA, R. **Reflexões sobre comunicação organizacional e relações públicas:** tensões, encontros e distanciamentos. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, 2009. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1906-1.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2010.

BAUMAN, Z. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHIAPPINI, L. Multiculturalismo e identidade nacional. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras Culturais**: Brasil – Uruguai – Argentina. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p.43-60.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.

GRIM, M. Ambiguidades do multiculturalismo no Brasil: diálogos entre negros e judeus. **WebMosaica Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, v.1, n.1, jan-jun 2009, p. 82-93.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LIEDTKE, P. F. **A esquerda presta contas**: a comunicação e o discurso político em governos municipiais. Itajaí: Univali, 2002.

MAGNOLI, D. **Uma gota de sangue**: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>. Acesso em: 8 de abril de 2010.

OLIVEIRA, R. C. de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1975

REGO, F. G. T. do. **Marketing político e governamental**: um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação. São Paulo: Summus Editorial, 1985.